

Vol 6 Issue 10 July 2017

ISSN No : 2249-894X

*Monthly Multidisciplinary
Research Journal*

*Review Of
Research Journal*

Chief Editors

Ashok Yakkaldevi
A R Burla College, India

Ecaterina Patrascu
Spiru Haret University, Bucharest

Kamani Perera
Regional Centre For Strategic Studies,
Sri Lanka

Review Of Research Journal is a multidisciplinary research journal, published monthly in English, Hindi & Marathi Language. All research papers submitted to the journal will be double - blind peer reviewed referred by members of the editorial Board readers will include investigator in universities, research institutes government and industry with research interest in the general subjects.

Regional Editor

Dr. T. Manichander

Advisory Board

Kamani Perera Regional Centre For Strategic Studies, Sri Lanka	Delia Serbescu Spiru Haret University, Bucharest, Romania	Mabel Miao Center for China and Globalization, China
Ecaterina Patrascu Spiru Haret University, Bucharest	Xiaohua Yang University of San Francisco, San Francisco	Ruth Wolf University Walla, Israel
Fabricio Moraes de Almeida Federal University of Rondonia, Brazil	Karina Xavier Massachusetts Institute of Technology (MIT), USA	Jie Hao University of Sydney, Australia
Anna Maria Constantinovici AL. I. Cuza University, Romania	May Hongmei Gao Kennesaw State University, USA	Pei-Shan Kao Andrea University of Essex, United Kingdom
Romona Mihaila Spiru Haret University, Romania	Marc Fetscherin Rollins College, USA	Loredana Bosca Spiru Haret University, Romania
	Liu Chen Beijing Foreign Studies University, China	Ilie Pinteau Spiru Haret University, Romania
Mahdi Moharrampour Islamic Azad University buinzahra Branch, Qazvin, Iran	Nimita Khanna Director, Isara Institute of Management, New Delhi	Govind P. Shinde Bharati Vidyapeeth School of Distance Education Center, Navi Mumbai
Titus Pop PhD, Partium Christian University, Oradea, Romania	Salve R. N. Department of Sociology, Shivaji University, Kolhapur	Sonal Singh Vikram University, Ujjain
J. K. VIJAYAKUMAR King Abdullah University of Science & Technology, Saudi Arabia.	P. Malyadri Government Degree College, Tandur, A.P.	Jayashree Patil-Dake MBA Department of Badruka College Commerce and Arts Post Graduate Centre (BCCAPGC), Kachiguda, Hyderabad
George - Calin SERITAN Postdoctoral Researcher Faculty of Philosophy and Socio-Political Sciences Al. I. Cuza University, Iasi	S. D. Sindkhedkar PSGVP Mandal's Arts, Science and Commerce College, Shahada [M.S.]	Maj. Dr. S. Bakhtiar Choudhary Director, Hyderabad AP India.
REZA KAFIPOUR Shiraz University of Medical Sciences Shiraz, Iran	Anurag Misra DBS College, Kanpur	AR. SARAVANAKUMAR LAGAPPA UNIVERSITY, KARAIKUDI, TN
Rajendra Shendge Director, B.C.U.D. Solapur University, Solapur	C. D. Balaji Panimalar Engineering College, Chennai	V. MAHALAKSHMI Dean, Panimalar Engineering College
Awadhesh Kumar Shirotriya	Bhavana vivek patole PhD, Elphinstone college mumbai-32	S. KANNAN Ph.D , Annamalai University
	Awadhesh Kumar Shirotriya Secretary, Play India Play (Trust), Meerut (U.P.)	Kanwar Dinesh Singh Dept. English, Government Postgraduate College , solan

More.....



A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: A RETÓRICA E OS FATOS. UM ESTUDO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – (UFAM) NO PERÍODO DE 1980 A 2000.



Clélio Figueiredo Rolim

Professor do Departamento de Administração da UFAM.

ABSTRACT

In this study, an analysis of the university extension practiced by UFAM was developed in light of the rhetoric of its protagonists who, from the beginning of the extension activities, focused on their proposals, the university's concern to contribute to regional development. Analyzing the activities effectively carried out, it was verified that the actions were mostly courses, events, projects that had the following areas of education, work and health. In order to verify this contribution, we analyzed the Longevity (IDHM-L), Education (IDHM-E), and Income (IDHM-R) sub-indices, which compose the Municipal Human Development Index Extension of the UFAM in the years 1980 to 2000. In this study, we conclude that as the actions were implemented, systematically in the extension poles there were improvements in the subscripts of Education and Longevity. However, there was no change in income.

KEYWORDS: *Regional Development, University Extension.*

RESUMO

Neste estudo, desenvolveu-se uma análise da extensão universitária praticada pela UFAM à luz da retórica dos seus protagonistas que, desde o início das atividades extensionistas, enfocaram nas suas propostas, preocupação da universidade em contribuir para o desenvolvimento regional. Analisando as atividades efetivamente realizadas, constatou-se que as ações em sua maioria foram cursos, eventos, projetos que tiveram como áreas temáticas educação, trabalho e saúde. Para verificar essa contribuição, analisou-se os subíndices de Longevidade (IDHM-L), Educação (IDHM-E), e Renda (IDHM-R), que compõe o índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios que foram alvos da extensão da UFAM nos anos de 1980 a 2000. Neste estudo, concluímos que à medida que as ações foram implantadas, sistematicamente nos Polos de extensão houve melhoramentos nos subíndices de Educação e Longevidade. No entanto, não verificou evolução no tocante a Renda.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Regional, Extensão Universitária.

INTRODUÇÃO

A Amazônia se constitui em um dos principais desafios ao processo de desenvolvimento regional, sobretudo no tocante à necessidade de promover a conciliação ente a conservação do meio ambiente e a

utilização racional dos seus recursos naturais, esta situação exige a adoção de um modelo de desenvolvimento que privilegie o crescimento econômico com o bem-estar social e a conservação do meio ambiente.

Em sua história o Amazonas, tem convivido com períodos de prosperidade e depressão econômica. Antes da Zona Franca de Manaus, as fases do desenvolvimento foram estabelecidas a partir de vantagens obtidas nos preços adequados das matérias primas de produtos nativos, onde a borracha foi a principal personagem da era mais rica vivenciada pela região. Com o declínio da borracha brasileira no mercado internacional a economia do Amazonas foi submetida a um longo período de estagnação.

Foi a partir do final dos anos sessenta que se inicia um novo ciclo econômico, agora impulsionado pela intervenção do Governo Federal visando o desenvolvimento da Amazônia através de sua integração com o restante do Brasil e outros centros industriais e comerciais, materializou-se com a criação da Zona Franca de Manaus em 1957. Esta estratégia de desenvolvimento está baseada na concessão de incentivos fiscais, que se propunha atrair empreendimentos industriais para a região buscando favorecer, entre outras coisas, sua integração com restante do país. Foi através dela, que surgiu o Distrito Industrial de Manaus responsável pelo desenvolvimento de diversos pólos industriais, entre eles o: relojoeiro, ótico, duas rodas, termoplásticos, brinquedos, mecânicos e eletro-eletrônico.

Neste contexto, é que a importância das instituições de ensino superior, produtora de ciência e tecnologia, se fará notar, na medida em que possa contribuir com a geração e disseminação do conhecimento e técnicas que venham viabilizar o uso sustentado do espaço, a conservação dos recursos naturais, assim como, o desenvolvimento regional e humano da região. Uma vez que, segundo Etzkowitz (1998), as universidades têm como missão além daquelas já conhecidas (ensino, pesquisa e extensão) o desenvolvimento econômico e social como parte de sua nova missão.

O estudo da Extensão Universitária tem se apresentado como uma exigência da prática docente. No entanto, há questões que incomodam tanto pelas dificuldades de se encontrar respostas adequadas, como por ser geradora de críticas. As respostas surgem sob as mais diversas definições, diferentes tentativas de se criar limites para a sua prática, ou para servir de justificativa nas práticas que acontecem sem um espaço claro dentro da academia. Estas tentativas podem ser observadas nas obras de Gurgel (1986, 2001); Cunha (1986, 1988 e 1989) e Fagundes (1986) que são referências para Tavares (1997), Reis (1995), Botomé (1996), Souza (2000) e Melo Neto (2001), dentre outros.

Assim, a extensão universitária surge como instrumento a ser utilizado pela universidade para a efetivação do seu compromisso social e também como articuladora de suas relações. Ela vai receber, desde o início, a responsabilidade e o compromisso com as comunidades carentes. Esta relação vem reforçar o estreitamento precípua da extensão universitária com o meio, de modo tal que faz dela uma instituição realmente social e comprometida com as necessidades da sociedade de seu tempo.

Neste sentido, o presente estudo se propõe a estudar a contribuição da UFAM para o desenvolvimento regional a partir da retórica dos seus dirigentes e dos fatos realizados nas atividades de extensão entre 1985 a 2000 nos municípios amazonenses, relacionado ao índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) nos anos 1980, 1991 e 2000.

Universidade e a Extensão Universitária

A universidade moderna tem passado por mudanças em virtude do próprio desenvolvimento do Estado e do sistema capitalista, assim, elas têm mudado profundamente e de modo geral, na direção da evolução social que elas fazem parte. Elas têm se transformado em muitas coisas, se depreciado, vulgarizado e mecanizado, se afastando da idéia de universidade como organismo caracterizado por elevação e precisão de objetivo, unidade de espírito e de propósito (Kerr, 1982).

Esta multiformidade da universidade foi experimentada no Brasil, na década de 60, com a Universidade de Brasília, que aglutinou a função de formadora de cultura básica, de preparação do especialista, cursos de pós-graduação e pesquisa, a idéia de serviço e a integração na sociedade brasileira. Esboça-se desta feita, os primórdios da Universidade de serviço, que posteriormente se ligará a indústria, à defesa e ao desenvolvimento nacional, princípios a serem definidos no plano desenvolvimentista do governo militar do Brasil.

Nos anos noventa, os rumos que foram dados às Universidades Públicas Brasileiras faziam parte, de uma ampla política mundial de reestruturação econômica e política, neste contexto, o governo brasileiro busca atender às exigências dos organismos internacionais, especificamente os do Banco Mundial, que impõem a reforma do Estado e a diminuição gradativa da aplicação de recursos públicos para o financiamento do ensino superior.

A concepção de extensão universitária tem sido colocada basicamente em duas dimensões exclusivas e interdependentes, conforme a ótica de quem analisa: uma voltada para o seu entendimento enquanto função, serviço que se presta à comunidade; outra centrada na sua compreensão enquanto metodologia de ensino, atitude de comunhão com a população, que permeia toda a ação político-educativa da universidade. Assim, podem-se classificar as atividades extensionistas desenvolvidas no Brasil em concepção assistencialista e concepção de extensão enquanto comunicação. Apesar de alguns autores sejam capazes de identificar outras concepções, acredita-se que essas duas possam representar os dois pólos principais.

Somente a partir de 1969 que de fato, segundo Gurgel (1986) que a extensão começa a tomar uma dimensão nacional quando surgem as operações Campi Avançados, do Projeto Rondon, e a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CINCRUTAC). As atividades de extensão, tuteladas pelo Estado, continha no seu cerne, um conteúdo claramente ideológico. A atuação se dava, fundamentalmente, em cima das ações do CRUTAC¹ e Projeto Rondon.

A Extensão Universitária surge no cenário acadêmico provocando certo embaraço em função das diversas concepções, das alterações semânticas que de certa forma, são frutos da própria construção da educação no Brasil, ou seja, ela é resultado das condições sociais, econômicas e políticas da sociedade que por sua vez, exerce também influência sobre essas condições. Assim, estudar a extensão conduz ao estudo da educação, que por sua vez leva à necessidade de conhecer mais sobre a universidade. As universidades possuem objetivos além dos pedagógicos em sua existência na Sociedade, mas também, objetivos sociais políticos e culturais. Além de suas funções de ensino e pesquisa ela é chamada também a assumir as atividades de extensão. Para Fagundes (1986:9),

“a compreensão da extensão, como uma das modalidades de desincumbência do compromisso social da universidade, passa pela compreensão histórica dessa última - o estudo da universidade concreta não pode deixar, de modo algum, de levar em consideração as relações múltiplas e recíprocas entre universidade e sociedade”.

No caso da universidade brasileira, a formação do conceito de extensão universitária teve influência da idéia de levar o conhecimento até o povo, na prestação de serviços e por último, na educação continuada, que não termina na infância, mas segue por toda a vida. Assim a nossa universidade ateve-se ao compromisso social via aplicação da sua função de ensino (que funciona como mediador desse compromisso social), porém restrito a uma parcela da sociedade. Mesmo as atividades de extensão, que poderiam ser instrumento mediador da universidade na ampliação do seu compromisso social, têm-se caracterizado pela desvinculação das necessidades objetivas das classes subalternas e pela vinculação aos interesses das classes dominantes. Diante disso, o que se pode depreender da universidade é a necessidade de estar ao lado da sociedade respondendo suas questões e servindo a esta no seu processo de conhecimento e desenvolvimento.

A história da universidade e da extensão universitária como uma de suas funções pode ser captada através de movimentos históricos, onde os interlocutores privilegiados foram os discentes, através do Movimento Estudantil, o Estado representado pelo (MEC) Ministério da Educação e as (IES) Instituições de Ensino Superior, representadas mais recentemente pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão.

Extensão Universitária e o Desenvolvimento Regional

A Universidade ao longo da sua história vem incorporando diferentes funções em diferentes contextos. Foi assim com o ensino, sua função mais tradicional, consubstanciada na transmissão de conhecimentos, oscilando entre a “formação cultural e a formação profissional”, foi assim também com a pesquisa, introduzida em sua estrutura como uma resposta às demandas do meio, principalmente a partir da revolução industrial no século XIX. Segundo Souza (2000), a efetividade de um compromisso com maioria da sociedade através do

exercício – ensino e a pesquisa – não possibilitou à Universidade o cumprimento de sua função de socialização, ou seja, de colaborar na integração social.

Foi neste contexto que a extensão universitária surge como instrumento a ser utilizado pela universidade para a efetivação do seu compromisso social e também como articuladora de suas relações. Ela vai receber, desde o início, a responsabilidade e o compromisso com as comunidades carentes. Esta relação vem reforçar o estreitamento precípua da extensão universitária com o meio, de modo tal que faz dela uma instituição realmente social e comprometida com as necessidades da sociedade de seu tempo.

Com as IES assumindo a direção da Extensão Universitária, a prestação de serviço não foi abandonada como prática extensionista. O que tem sido proposto pelas IES, via Fórum de Pró-Reitores, seria uma ampliação deste modelo. Esse tipo de ação pode refletir na concepção popular sobre o que venha ser o papel da universidade, isto porque não é raro, encontrar na sociedade a opinião de que a universidade deveria ser a instituição capaz de resolver problemas urbanos e administrativos que fogem de sua responsabilidade.

Para Etzkowitz (1998a), as universidades estão passando por uma ‘segunda revolução’ acadêmica, incorporando o desenvolvimento econômico e social como parte da sua missão. A primeira revolução teve seu início no início do século XIX nos EUA, onde a pesquisa era feita além da tarefa tradicional de ensino. Embora este modelo tenha sido importado originalmente da Alemanha e até recentemente algumas universidades americanas, europeias e latinas tenham permanecido somente no ensino superior, estes sistemas universitários estão sofrendo revoluções simultâneas, atualmente, elas buscam desenvolver ensino, pesquisa e capacidades de desenvolvimento econômico ao mesmo tempo.

Mas para que haja desenvolvimento regional depende da articulação e das condições de manejo de seis elementos que normalmente estão presentes em qualquer território organizado. Esses elementos são: a) atores, b) cultura, c) recursos, d) instituições, e) procedimentos, e f) o entorno. Esses elementos interagem de modo denso ou difuso, de forma aleatória ou então de forma inteligente e estruturada. Segundo Boisier (1996), o desenvolvimento resultará da interação densa e inteligente desses elementos, mediante um projeto coletivo ou um projeto político regional.

A concentração da capacitação científica e tecnológica do país esta nas universidades, notadamente nas públicas, por isso tem levado a uma constante pressão para uma maior participação destas no processo de desenvolvimento das diferentes regiões brasileiras. Como respostas nota-se, nos anos recentes, uma diversidade gama de iniciativas que tem na extensão universitária sua principal força motriz. Busca-se instrumentos eficientes de transferência de tecnologias que possam ser agentes catalisadores de efeitos dinâmicos multiplicadores para o desenvolvimento regional. Segundo Sicsú (1997), estas experiências têm por finalidade dar uma marca às regiões que sejam atrativas a novos investimentos. A interação entre Universidade, Poder Público, Iniciativa Privada, Institutos de Pesquisa, entre outros, busca alternativas para projetos locais, tem levado a experiência inventiva e fundamental para diferentes espaços regionais.

Segundo Etzkowitz (1998b), ‘universidade empresarial’ integra o desenvolvimento econômico como uma função acadêmica junto com o ensino e pesquisa. Ou seja, a ‘capitalização do conhecimento’ esta no coração de uma nova missão para as universidades que as une muito mais aos usuários do conhecimento e as reveste como um ator econômico próprio. O desenvolvimento desta função, porém, acontece em uma cadeia complexa de interações locais (redes de comunicações trans-institucionais) tendo como resultado a produção de conhecimentos científicos e uma relação mais próxima com o setor econômico-social.

Da mesma maneira que as companhias buscam novas maneiras de colaborar com as pesquisas acadêmicas, as universidades querem e devem ampliar o seu papel no desenvolvimento econômico da região onde estão inseridas. O estabelecimento de escritórios, parques de ciência e outros mecanismos, elevaram o jogo de assuntos sobre o papel da academia sobre a sociedade. O resultado desse jogo gera conflitos de interesses, a propriedade intelectual está entre as novas condições do debate da política entre acadêmicos, funcionários da ciência-política governamentais e os diretores de laboratórios industriais.

A compreensão das concepções desenvolvimento e sua contextualização espacial são condições básicas para a definição do papel da extensão universitária. Evidentemente que se tem como subjacente e este papel a condição universitária de formadora de mão-de-obra e de capacitação de pessoal. Além disso, possui uma ação

pró-ativa que leva em conta o perfil de concorrência em que a região se insere. Para tanto é fundamental entender o processo de inovação e de difusão de conhecimento que ocorre. Neste sentido, dois parâmetros são básicos no processo de inovação: fatores endógenos como a história, a cultura (inclusive empresarial), as tradições e os costumes que caracterizem o meio local; fatores exógenos que definem políticas seja na área de educação, desenvolvimento, formação de recursos humanos, que interferem no meio local e ajudam a transformá-lo².

A Retórica da Extensão Universitária a luz das declarações dos seus protagonistas

Para análise da extensão universitária na UFAM a sua retórica e os fatos no período entre 1985 a 2000, serão apresentados os principais tópicos dos discursos agrupados em três períodos que corresponde aos 15 anos. Além da retórica nos três momentos, observamos também o momento histórico da política social sua relação com a política educacional, as propostas políticas e governamentais aquelas formuladas pela entidade representativa dos gestores da extensão universitária no (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras).

Primeiro Período (Nível Macro).

O país estava em transição do regime autoritário e pelo aprofundamento da democracia que inaugura a participação cidadã. O governo brasileiro precisava criar condições para a sociedade civil participar e influenciar as funções do Estado. Início da transferência das políticas públicas, da ação legislativa e da prestação de serviços públicos, de responsabilidade da esfera pública para a privada.

A Extensão Universitária é resgatada enquanto instrumento que vai possibilitar à Universidade cumprir a sua função social, a extensão enquanto atividade acadêmica significava coloca-la ao lado do ensino e da pesquisa como meio para democratizar o conhecimento produzido e ensinado na universidade. Ao mesmo tempo, possibilitar que esta mesma universidade atendesse às demandas mais urgentes da população, na crítica e na reconstrução de uma sociedade mais justa³.

Nos três Encontros de Pró-Reitores de Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras⁴ foram abordados: Conceito de Extensão, Institucionalização e Financiamento da Extensão, a Extensão como instrumento articulador entre Universidade e Sociedade, a relação da Universidade e Sociedade foi discutida pelo ângulo da prestação de serviço, uma vez que a prestação de serviços é uma realidade nas universidades públicas e que conta com formas diversas de expressão.

No Nível Micro (UFAM)

Na UFAM havia a preocupação com a necessidade da transformação da universidade realmente integrada à região. Isto porque era percebido como uma instituição descomprometida com a realidade ao seu entorno que ela deveria se constituir em agente atuante em todos os seguimentos da comunidade regional e da discussão e encaminhamento de soluções para a Amazônia, ter uma personalidade marcadamente regional, Amazônica voltada para a formação de profissionais cujo perfil seja acentuadamente dirigida a soluções dos problemas da nossa população. Assim, a UFAM, desempenharia seu papel mais importante na pesquisa científica e tecnológica e desempenho da função de serviço às comunidades através da extensão.

A partir da criação da Pró-Reitoria de extensão em 1985 foram definidas diretrizes gerais para o desenvolvimento de extensão a partir da concentração das atividades em cinco programas específicos: a) Programa de interiorização – São prioridades: Educação, Saúde e Agricultura; b) Programa de Ação Comunitária – ações integradas interdepartamentais; c) Programa Acadêmico-Técnico-Científico - verticalizar os conhecimentos da comunidade universitária da rede de ensino, de profissionais liberais e de técnicos da região; d) Programa de Ação Cultural - desenvolver ações capazes de estimular a produção artístico-cultural; e) Programa de Integração da Universidade com o ensino de 1º e 2º graus - têm por meta promover a integração da UFAM com o sistema educacional de ensino de 1º e 2º graus através de atividades que dinamizem e promovam a melhoria do processo educacional.

Segundo Período (Nível Macro)

No ano de 1993 foram editadas duas portarias criando melhores condições para a coordenação, em nível nacional das atividades extensionistas. Na primeira, Portaria da SeNESu nº 66 de 13 de abril de 1993⁵ foi criada a Comissão de Extensão Universitária, “com o objetivo de elaborar programas específicos que definam princípios, diretrizes e formas de fomento à Extensão nas IES”. Em sua composição estão presentes o coordenador nacional e coordenadores regionais do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, o diretor do Departamento de Política do Ensino Superior da SeNESu e o chefe da Divisão de Graduação e Extensão do DPES/ SeNESu. Esta Comissão está vinculada diretamente à DIEG. Coube a ela, juntamente com o Comitê Assessor, a elaboração de uma proposta de trabalho para os anos de 1993 a 1994.

Neste segundo período, foram realizados quatro encontros de Pró-Reitores. Nesses Fóruns eram discutidos temas previamente indicados por eles. No Quarto Fórum foi reafirmado papel da Extensão de colocar o trabalho acadêmico sintonizado com a realidade social viabilizando, dessa forma, a credibilidade da Universidade na Sociedade. Os marcos referenciais teóricos resultante dos Fóruns de Pró-Reitores de Extensão reconhece que, inúmeros avanços foram conquistados como: a afirmação de um novo conceito de extensão entendido como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.

Nível Micro (UFAM)

Na UFAM, o desafio era administrar uma instituição anônima com exacerbada escassez de recursos humanos e financeiros além das campanhas de desmoralização da universidade brasileira.

A prioridade é a “interiorização da UFAM”. Segundo o Reitor, “É necessário que desenvolvamos um conhecimento voltado para a nossa região”. No entanto reconhece que para praticar a Extensão Universitária se necessita de recursos, além disso, ter a compreensão da distorção do conceito de Extensão Universitária quando vista como mera complementação de serviços públicos esvaziando-se do seu sentido inovador e crítico. As atividades foram programadas entre cursos de curta duração, palestras, seminários, incluindo a reciclagem de professores, oficiais de artes (Jornal da Universidade, Junho, 1992).

A UFAM implantou o esquema de irradiação das ações de extensão em destaque para os municípios de: Coari, Itacoatiara, Parintins, Manacapuru e São Gabriel da Cachoeira, esquema este que desenvolve atividades integradas nas áreas de Saúde, Educação, Produção Agroflorestal e Tecnologias Alternativas. “Desta forma extensão persegue caminhos que levem a consolidação de seu papel como agente de apoio ao processo de transformação social e como fator de desenvolvimento regional...”. O objetivo geral da extensão é “promover ações educativas, no rural e no urbano nas áreas de conhecimento em saúde, educação e produção estimulando a participação e a organização na busca de formas alternativas de soluções de problemas relacionados com o desenvolvimento regional, para contribuir na integração da população carente e desassistida da sociedade” (Relatório Anual da UFAM, 1993).

Terceiro Período (Nível Macro)

No Programa de governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso se destaca o aspecto econômico da educação pública que deveria promover a sua “revolução administrativa” pelo uso racional dos recursos generalizando os cursos noturnos aumentando as matrículas sem custos adicionais.

Com a Criação do Conselho Nacional de Educação, através da Lei 9.137/95 com a atribuição de decidir sobre a criação, regulamentação, credenciamento e avaliação de cursos e instituições de ensino superior e análise de questões relativas à aplicação da legislação. Assim, foi elaborado o Plano Diretor da Reforma do Estado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), que aponta para o agravamento da crise fiscal e aumento da inflação, sendo, portanto, imprescindível reformulá-lo.

No âmbito do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, em 1994 o VIII encontro enfatizava a questão da Universidade: a construção da cidadania e a afirmação da soberania nacional. Na universidade, Ciência, Arte e Tecnologia, tendo funções sociais definidas, devem igualmente

alicerçar-se nas prioridades do local da região na qual esta inserida, do país, caso contrário produzir-se-á num contexto cultural alienado, tendendo para um simples intelectualismo. Foi através dos Fóruns de discussões sobre o ensino superior é que se abre um espaço institucional no MEC para a extensão universitária sendo criado o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE) com objetivos de institucionalização da Extensão e a articulação da Extensão com as atividades de ensino e a pesquisa.

A mudança de governo em 1995 motivou o Fórum buscar novas formas de assegurar o financiamento para os projetos aprovados. Assim, a partir da manifestação formal do DEPESES/SESu quanto a sua retirada de qualquer negociação para a liberação de recursos autorizados ao PROEXTE, em agosto de 1997, o Fórum inicia novas sugestões junto a Secretaria no sentido de envolvê-la na elaboração do Programa Universidade Cidadã e do Plano Nacional de Extensão Universitária, iniciando a sistematização de uma política para a extensão universitária.

O X Encontro realizado em Belém, em 1996 sob o título “Por uma política nacional de extensão” em que se começa a discutir as formas de participação das universidades públicas brasileiras, nas políticas sociais, governamentais e em ações conjuntas com o desenvolvimento social. Nesse Encontro, os Pró-Reitores buscavam alternativas para o financiamento da extensão, buscando apoio do CRUB, ANIDIFES e demais Fóruns, uma vez que o governo tinha cortado as verbas e de pessoal. Assim, buscam-se outras parcerias além do MEC. Formula-se o Documento “Universidade Cidadã”, que constitui o Programa Nacional Temático de Fomento à Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

Estimula-se a busca de recursos externos via universidade no sentido de assegurar a sua operacionalidade, como referido na proposta de Lei de Autonomia Universitária. Com orientações do Banco Mundial prevalece a diferenciação institucional desde 1994, que sugeria a criação de instituições com missão, função e modalidade de desempenho e de projetos; orientação para o mercado na busca de competitividade e oferecimento dos serviços como um bem privado. Estimula-se a multiplicação de IES via ensino pago, como um fator de diferenciação das instituições e a garantia da competitividade como fator de promoção da qualidade, concretiza-se a crença economicista do mercado e do governo como supervisor.

O modelo neoliberal da economia, expresso na redução do tamanho do Estado, forçam as universidades públicas a obter recursos extra-orçamentários, através do estabelecimento de parcerias junto a empresas, o que reforça a venda de serviços. A Extensão universitária constitui, sobretudo, num instrumento de implantação das políticas governamentais, cabendo-lhe o papel de articulador universidade e sociedade. Em moldes ultrapassados o governo cria programas como o “Comunidade Solidária”⁶ em suas ações decorrentes que objetiva o “combate à pobreza e à exclusão social” atribuindo à universidade via extensão universitária a solução e/ou minimização dos problemas estruturais e sociais gerados pela sociedade capitalista na forma neoliberal.

Nível Micro (UFAM)

No discurso do novo reitor “a nossa administração optou por estabelecer relações respeitosa e caracterizada pela preservação da autonomia da instituição. Temos recebido eventuais apoios consideráveis, dados em função da importância da Universidade no seu papel e também em função da visão do governante ou dirigente. Ou seja, para nós a contrapartida será trabalho, eficaz utilização de recursos e se possível materialização da relação sob a forma de parceria ao invés da doação pura e simples” (Jornal da Universidade, Fev/1995).

Quanto a forma para obter os recursos a reitoria vislumbra possibilidades através de vendas de serviços. “Bem, os recursos implica no preenchimento de uma necessidade específica. A palavra é projeto. A Universidade precisa ter e fazer projetos claros, definidos e bem formulados e que possam ser financiados. No tocante a interiorização a proposta está voltada para” (...). Capital e no interior nas várias áreas, englobam: consultorias, prestação de serviços reciclagem, desenvolvimento de projetos e treinamento no campo da saúde, com a assistência médica prestada a população (Jornal da Universidade, Junho/1995).

A extensão Universitária alcançará os municípios do Amazonas, além de vários projetos na capital. A Universidade esta desenvolvendo projetos aprovados pela Câmara de Extensão, com ênfase nas áreas: Saúde, Educação, Tecnologia Alternativas, Produção Agro-florestal e Pesqueira.

Em relação a parcerias, o reitor, prega-se a mudança de mentalidade da instituição, que considera uma reserva de competência. “Por um lado, temos demanda de serviço e ações e por outro, a escassez de recursos” atesta. De acordo com ele, os encargos com ensino e pesquisa, aliado ao baixo contingente de pessoal, impede a captação de recursos, além dos oriundos do Tesouro Nacional. “É preciso buscar a compatibilização com as pessoas que podem colaborar para aumentar o corpo de competência e iniciar a tarefa de parecerias, otimizando e adquirindo mais recursos” (Jornal da Universidade, Abril/1997).

Atualmente, o interior conta com cinco polos universitários com sede em Parintins, Itacoatiara, Benjamin Constant, Coari e Humaitá – este último implantado recentemente. Os projetos para o interior visam ao treinamento de pessoal para a área de Educação, Assessoria aos pequenos produtores rurais, assessoria a empresários e cursos de informática.

Os Fatos

As atividades de Extensão realizadas pela UFAM são analisadas em três períodos. Cada um considerando cinco anos pretende-se verificar o andamento das atividades ao longo do período considerado. Os períodos são:

Período – 1 (P1)	Período – 2 (P2)	Período – 3 (P3)
1985 a 1989	1990 a 1995	1996 a 2000

Atividades de Extensão por Vínculo e período.

Na Tabela 02 apresentam-se as atividades de Extensão desenvolvidas pela UFAM num espaço de 15 anos divididos em três períodos, é uma tentativa de se analisar a evolução destas atividades a partir da criação da PROEXT até o ano 2000.

Tabela 02 – Atividades de Extensão por Período e Vínculo de Ação

Período	Capital		Interior		Total	
	Freq	%	Freq	%	Freq.	%
P1	317	75,48	103	24,52	420	31,94
P2	184	64,34	102	35,66	286	21,75
P3	396	65,02	213	34,98	609	46,31
Total	897	68,21	418	31,79	1315	100

Fonte: Dados Levantados

No Período P1, das 420 atividades desenvolvidas 317 foram executadas em Manaus, ou seja, 75,48% das ações foram voltadas para a capital enquanto apenas 24,52% foram realizados nos municípios do interior. Isto talvez tenha ocorrido, porque as ações de extensão no interior ocorrem a partir dos Campi, e até 1989, estava em funcionamento apenas os Campi de Coari no Médio Solimões e o recém instalado de Parintins no Baixo Amazonas.

Já no período P2, constata-se uma queda significativa das atividades de Extensão. Realizaram-se apenas 286 significando uma queda maior do que 30% com relação ao do período anterior. Muito embora, tenha havido um acréscimo do percentual das ações voltadas para interior, ou seja, mantiveram-se quase as mesmas quantidades para o interior conseqüentemente houve uma queda das atividades voltadas para a capital em torno de 58%, isto pode demonstrar priorizar a interiorização. Neste período, já estavam em funcionamento os Campi de Coari, Parintins, Itacoatiara no Médio Amazonas e de Benjamin Constant no Alto Solimões.

No último período P3, houve um acréscimo acentuado as atividades de extensão. As ações na capital foram de 396 atividades que representa um percentual de 65,02%. As atividades voltadas para o interior foram

231 tendo como percentual 34,98%, esse percentual está muito próximo do percentual do período anterior.

Atividades de Extensão por Polos no Interior por período

As atividades de extensão da UFAM são desenvolvidas a partir das sedes dos Polos, onde se concentra a representação administrativa e nos Núcleos. Os 51 municípios foram agrupados em 8 Polos em 5 campi avançados. No quadro 1, são adotados a seguinte nomenclatura:

Quadro 1 – Polos, Nomenclatura, Sede e Municípios envolvidos.

Polos	Nomenclatura	Sede	Num. Municípios
Médio Solimões	MSL	Coari	7
Alto Solimões	ASL	Benjamin Constant	9
Baixo Amazonas	BAM	Parintins	6
Médio Amazonas	MAM	Itacoatiara	8
Alto Madeira	AMD	Humaitá	10
Manaus	MAO	Manaus	1
Baixo Rio Negro	BRN	Manaus	7
Alto Rio Negro	ARN	São Gabriel da Cachoeira	3
Outros	OUT	Fora dos Polos	2

Fonte: Dados Levantados

Na Tabela 03 apresentam-se as atividades de Extensão desenvolvidas pela UFAM nos Polos de extensão no espaço de 15 anos divididos em três períodos.

Tabela 03 – Atividades por Pólos de extensão e por período

Período	MSL	ASL	BAM	MAM	AMD	BRN	ARN	OUT	Total
P1	60	0	38	0	2	2	1	1	104
P2	41	15	33	29	2	18	3	2	143
P3	58	34	37	65	20	15	17	4	250
Total	159	49	108	94	24	35	21	7	497
%	32,0	9,9	21,8	18,9	4,8	7,0	4,2	1,4	100

Fonte: Dados Levantados

Na tabela 3 apresenta os pólos do interior do Amazonas que foram alvo das ações de Extensão dentro do período considerado. Vale ressaltar que algumas atividades foram realizadas por um único projeto, mas que envolveram vários municípios ao mesmo tempo, desta forma, foram considerados em uma ação vários municípios.

Como podem ser percebidas na Tabela 3, nos três períodos, as atividades de Interiorização foram em sua maioria desenvolvida na área de Médio Solimões que corresponde o Pólo de Coari e os municípios circunvizinhos correspondendo a um percentual de 32% das atividades de Extensão. Esse percentual talvez esteja em função do Campus de Coari ser o mais antigo, foi a primeira experiência das ações de extensão de maneira sistemática. As ações no início eram pautadas na prestação de serviço, principalmente na área de saúde.

O segundo pólo que se mostra com o segundo maior percentual foi a do Baixo Amazonas cuja sede fica em Parintins tendo com circunvizinhos os municípios de Nhamundá, Barreirinha, Maués, Boa Vista do Ramos e Uruará. O Campus de Parintins foi implantado em 1989, mesmo antes da sua implantação os municípios do Baixo Amazonas já vinham sofrendo interferências das ações extensionistas desenvolvidas pelas UFAM.

O terceiro pólo com o terceiro maior percentual é do Médio Amazonas, cuja sede fica em Itacoatiara que cujo Campus fora implantado em 1991, tendo como municípios circunvizinhos Rio preto da Eva, Silves, Urucurituba, Autazes, Itapiranga, São Sebastião do Uatumã e Nova Olinda do Norte. No decorrer de 15 anos, a

área do Médio Amazonas foi alvo de 108 ações de Extensão Universitária que representa um percentual de quase 19% das atividades de entre 1985 a 2000. No período P3 foi a área do Interior que mais recebeu atenção das ações de Extensão da UFAM.

Características das Ações por Período e Parcerias

Na Tabela 4, apresenta-se quantitativamente os valores das ações nos três períodos considerados e o quanto dessas atividades contaram com parcerias. Nesta análise estão sendo consideradas tanto as atividades da capital como as do interior. Na sua grande maioria as parcerias, foram estabelecidas com o Governo do Estado, com alguns órgãos públicos principalmente em atividades que envolveram as áreas temáticas educação, saúde e produção.

Na Tabela 4 visualiza-se quais atividades foram priorizadas e o quanto essas ações foram realizadas através de parcerias, os percentuais referem-se às atividades com parcerias por períodos nos 15 anos de Extensão.

Tabela 04 – Ações por período e parcerias

Período	Projeto	Curso	Evento	Prd/Pub	Asses.	Total	Parceria	%
P1	43	205	169	-	3	420	230	54,76
P2	68	132	76	3	7	286	83	29,02
P3	155	264	150	10	30	609	254	41,71
Total	266	601	395	13	40	1315	567	43,12

Fonte: Dados Levantados

As atividades de Extensão no em P1, foram em sua grande maioria cursos, que são ações pedagógicas, teóricas e/ou prática, essas ações representam quase a metade do conjunto das ações do período citado, ou seja, 48,81%. Em segundo lugar ações tipo Eventos e em terceiro foram Projetos. No período P1 foram realizadas 420 ações destas, apenas 230 foram realizadas com parcerias, que representa um percentual de 54,76%.

Em P2, houve um decréscimo das ações no geral, no entanto houve um acréscimo significativo em ações como Projetos. Em comparação com o período anterior, continuando ser a ação Curso o mais realizado. Neste período, das 286 executadas somente 83 delas contaram com parcerias, ou seja, apenas 29,02% de ações em parcerias.

As Ações do P3 foram mais que o dobro do período anterior, mantendo-se os maiores percentuais em Curso, depois Projeto e em seguida Eventos. Pode-se perceber que a quantidade de ações tipo Projetos vem crescendo ao longo dos três períodos. Se compararmos com P1 representa mais que o triplo de ações desenvolvidas na ocasião. Mas no campo Parceria, das 609 atividades apenas 254 tiveram parcerias, ou seja, apenas 41,71% destas ações. Este percentual é menor do que em P1 que naquele período as parcerias representaram um percentual de 54,76%. Apenas a ação Evento no período P3 sofreu uma diminuição com referência a P1, como pode ser observado na Tabela.

Atividades de Extensão por período e Área Temática

As atividades de Extensão são classificadas segundo uma área temática, a denominação das áreas temáticas foi proposta de modo a tornar o mais abrangente possível à área de atuação, esta terminologia é utilizada pelo Plano Nacional de Extensão que são: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, saúde, Tecnologia e Trabalho. Neste item, analisa-se em que área temática as atividades de Extensão da UFAM estão relacionadas.

Tabela 5 – Atividades de Extensão por período e Área Temática

Área Temática	P1	%	P2	%	P3	%	Total	%
Cultura	55	13,10	14	4,90	64	10,51	133	10,11
Direitos Humanos	20	4,76	14	4,90	16	2,63	50	3,80
Educação	108	25,71	95	33,22	166	27,26	369	28,06
Meio Ambiente	25	5,95	23	8,04	49	8,05	97	7,38
Saúde	88	20,95	57	19,93	118	19,38	263	20,00
Tecnologia	17	4,05	6	2,10	30	4,93	53	4,03
Trabalho	102	24,29	73	25,52	136	22,33	311	23,65
Comunicação	5	1,19	4	1,40	30	4,93	39	2,97
Total	420	100	286	100	609	100	1315	100

Fonte: Dados Levantados

Na tabela 5 observa-se que as atividades no período P1 estavam relacionadas principalmente com a Educação, com 108 ações representando um percentual de 25,71%, em seguida, com o Trabalho com 102 e Saúde com 88 ações com percentuais de 24,29% e 20,95% respectivamente. Neste período as atividades estavam voltadas para a formação de professores, atenção à saúde e produção agrária desde a criação do Programa de Interiorização através do Projeto Coari com parceria da fundação Kellogg, priorizou-se as áreas da Educação, Saúde e Produção.

Variação dos Subíndices do IDHM por Pólos de Extensão

Neste tópico apresenta-se a variação dos subíndices, IDHM-L, IDHM-E, IDHM-R e do índice IDHM nos Pólos de Atuação nos anos 1980, 1991 e 2000. A escolha desses anos deve-se ao fato dos levantamentos desses Índices serem realizados por ocasião dos Censos Demográficos. Nos Gráficos a seguir, apresentam-se esses Índices do IDHM por Pólos, numa tentativa de se analisar essas variações no decorrer das atividades realizadas pela UFAM nos anos considerados.

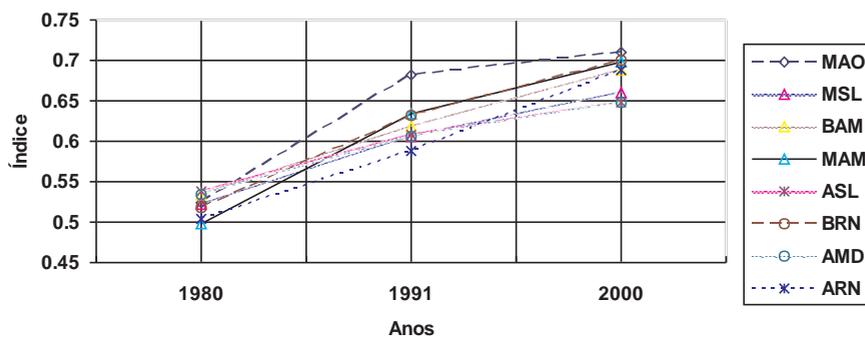
Vale lembrar que o índice IDHM é a média simples dos subíndices⁷: IDHM-L (dimensão longevidade) construído a partir da esperança de vida ao nascer; IDHM-E (dimensão educação) resultado dos indicadores taxa de alfabetização e taxa combinada de matrículas; IDHM-R (dimensão renda) que é o resultado da renda média de cada residente no município. Os valores dos índices dos Pólos são a média aritmética dos valores dos índices de cada Município que fazem parte dos Polos de Atuação.

0	0,5	0,8	1,0
Baixo Desenvolvimento	Médio Desenvolvimento	Alto Desenvolvimento	

Índice de Longevidade (IDHM-L) por Pólos de Atuação

No Gráfico 01, apresenta-se a variação da média do IDHM-L nos três períodos. Pode ser verificado que IDHM-L dos Municípios em 1980, estavam em sua maioria entre 0,505 a 0,537 que representa um médio desenvolvimento. Somente o Pólo MAM, estava abaixo de 0,5 que representa um baixo desenvolvimento humano na dimensão Longevidade, indicador que avalia a expectativa de vida ao nascer que esta ligada as condições sociais, de saúde e de salubridade do local.

Gráfico 01 - IDHM-L por Pólo



Até meado de 1983, as ações extensionistas da UFAM estavam voltadas principalmente, para MAO e algumas eventuais no CRUTAC em Coari (MSL) nos Campus Avançados de Humaitá (AMD), São Gabriel da Cachoeira (ARN) e nos Centros de Atenção Permanente em Maués (BAM). Estas ações estavam voltadas á assistência médica, educação e apoio ao trabalhador rural.

Em 1991 a maioria dos municípios estava com índices acima de 0,6, exceto os municípios do pólo (ARN) com 0,588. Isto demonstra uma melhoria significativa em dez anos, ou seja, um médio desenvolvimento humano na Dimensão Longevidade.

Nesta época, a UFAM desenvolvia ações sistemáticas, em MAO, MSL, BAM, MAN e BRN⁸. Os melhores índices são do maior para o menor: MAO, MAM, BRN, BAM.

Entre 1985 a 1991, as atividades de extensão desenvolvidas pela UFAM mais de 75% foram desenvolvidas em MAO. Os pólos do interior, que foram envolvidos com maiores ações são: MSL com 57,14% e BAM com 35,24%, das 105 atividades voltadas para os pólos do interior do Amazonas. Estas atividades foram realizadas através de Cursos com 49,10% e Eventos com 40,10%. A Temática Saúde representa 20,90% do total das ações realizadas neste período, para MAO foram 73,9% e restante para o interior.

O IDHM-L em 2000, os Polos com menor índice pertence ao AMD e ASL com 0,648 e 0,649 respectivamente. Os melhores pertencem a MAO e BRN com 0,711 e 0,700. Estes índices demonstram um Médio Desenvolvimento Humano no tocante a Longevidade nos Pólos de Extensão da UFAM.

Os Pólos que receberam mais ações entre 1992 a 2000 foram os Pólos de MAO com 59,69%, o restante de 40,31% para o interior. O Pólo de MSL foi alvo de 25,32%, MAM com 24,65%, BAM com 17,65% e ASL com 12,79%. Verifica-se uma maior distribuição das ações entre os pólos. As atividades de extensão neste período, em sua grande maioria caracterizam-se em Cursos com 44,2%, Eventos com 25,30% e Projetos 24,90%. Projetos que em 1991 representava 10,4% já em 2000 apresentou-se em terceiro, estas ações possuem caráter processual contínuo de pelo menos de médio prazo. A Temática Saúde representa 19,7% do total das ações realizadas neste período, para MAO foram 65,9% e restante para os pólos do interior.

A partir dessas análises, verifica-se que na medida em que as ações de extensão são realizadas sistematicamente, parece que há um melhora do subíndices IDHM-L dos municípios que fazem parte dos Polos de Extensão da UFAM.

Índice de Educação (IDHM-E) por Pólos de Atuação

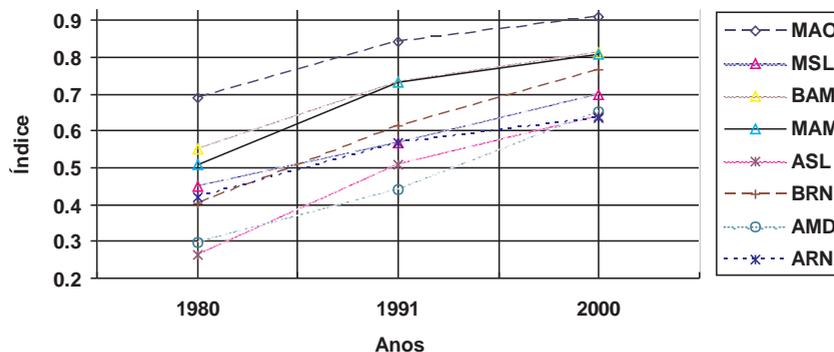
No Gráfico 2, apresenta-se a variação média do IDHM-E nos três períodos considerados. Constata-se que em 1980 apenas os Pólos MAO, BAM e MAN estavam com IDHM-E acima de 0,5. O restante estava abaixo disso, o que representa um baixo desenvolvimento na dimensão Educação para a maioria dos municípios amazonenses. Vale ressaltar que as ações de extensão na época estavam concentradas na periferia urbana de MAO e em alguns municípios próximos⁹. A educação estava representada pela formação de recursos humanos para suprir a necessidade de mão-de-obra qualificada pra a Zona Franca.

Em 1991 o IDHM-E da maioria dos municípios, que fazem parte dos Pólos de Extensão da UFAM já

encontravam-se acima de 0,5. Com exceção do Polo AMD que está abaixo desse valor, o que representa um baixo desenvolvimento na dimensão Educação. O polo AMD foi instalado em 1996, portanto em 1991 não tinha ações sistemáticas para o referido polo. Os melhores IDHM-E são do maior para o menor: MAO, MAM, BAM, BRN e MSL.

De 1985 a 1991 os Pólos que mereceram maior número de atividades extensionistas foram: MAO, MSL e BAM respectivamente. A Temática Educação representa 26,8% do total das atividades realizadas. Deste montante 73,5% foi para MAO e o restante para os pólos do interior, através de Cursos e Eventos.

Gráfico 02 - IDHM-E por Pólo



Já em 2000 o IDHM-E em todos os Pólos estavam com índices acima de 0,5. Em alguns Pólos como MAO, BAM e MAM o índice ultrapassou 0,8 que representa alto desenvolvimento na dimensão Educação. Os demais Pólos estão entre 0,635 e 0,767 que é interpretado como um médio desenvolvimento humano na dimensão educação.

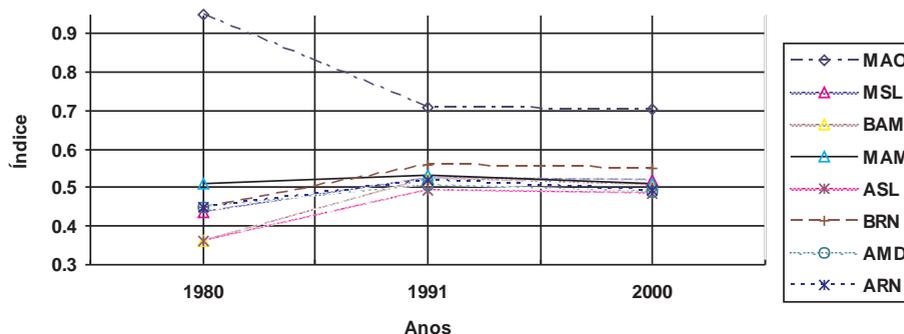
A atividade total de extensão entre 1992 a 2000, na linha temática educação representa, 29% do total das ações realizadas neste período. Deste valor, 60,6% realizou-se em MAO e 39,4% nos pólos do interior, na modalidade de Cursos com um percentual de 44,2% enquanto Eventos com 25,3% e Projetos com 24,9%. As ações voltadas para os pólos do interior tiveram como linhas temáticas priorizadas da maior para o menor: Educação, Trabalho, Saúde e Meio Ambiente.

A dimensão Educação tem sido nos anos analisados a que recebeu maior quantidade de atividades realizadas. Na medida em que essas ações foram sistematicamente dirigidas para pólos, o IDHM-L dos municípios envolvidos tem apresentado melhores pontuações no ranking Educação.

Índice de Renda (IDHM-R) por Pólos de Atuação

No Gráfico 03, apresenta-se a variação da média do IDHM-R nos três momentos. Pode-se verificar que em 1980, a maioria dos municípios estava abaixo de 0,5, ou seja, baixo desenvolvimento na dimensão Renda. Apenas MAO tinha 0,951 (alto desenvolvimento) e MAM com 0,510 (médio).

Gráfico 03 - IDHM-R por Pólo



Em 1991 o IDHM-R dos Pólos tiveram um sensível aumento, se mantendo próximos a 0,5 entre 0,508 a 0,560 que indica um médio desenvolvimento. Apenas o Pólo ASL a dimensão renda esta abaixo de 0,5 que representa um baixo desenvolvimento humano. O Polo MAO neste período teve um decréscimo maior que 25% da renda, ou seja, enquanto outros Polos tiveram uma pequena melhora MAO piorava seu subíndice renda de 0,951 para 0,707.

Do total das atividades realizada entre 1985-1991, a linha temática Trabalho, representa 23% das atividades realizadas. Deste valor, 70,1% foi para MAO e 29,9% para os pólos do interior principalmente MSL e BAM através de Cursos e Eventos.

Em 2000 verifica-se uma ligeira queda da renda em todos os Pólos em que a UFAM desenvolve suas atividades de extensão, as maiores quedas ficam por conta dos Pólos: ARN (5,38%), MAM (4,73%), AMD (4,12%) e BAM (3,21%). Os restantes tiveram queda entre 0,71% a 2,04%. Assim, os Pólos: MAO, MSL, MAN, BAM e BRN continuam com um médio desenvolvimento, enquanto ASL, AMD e ARN encontram-se com baixo desenvolvimento humano na dimensão renda.

No período entre 1992 a 2000, das 893 atividades de extensão realizadas pela UFAM, a linha temática Trabalho representa 23,4% deste total. Em MAO foi 56,9% enquanto que para os pólos do interior 43,1%, via Cursos, Eventos e Projetos.

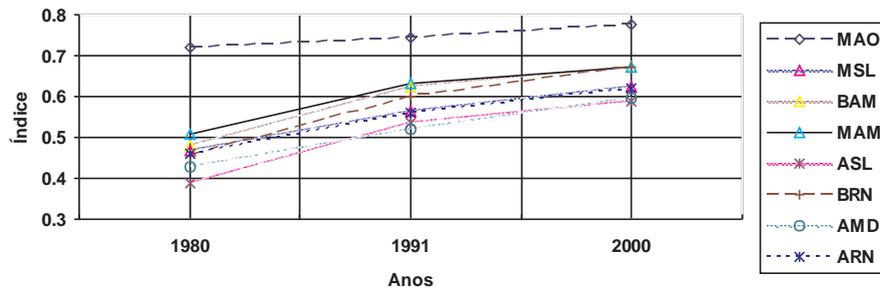
Conforme os dados analisados pode-se constatar que, apesar do tema Trabalho ter sido a segunda área de maior atividade realizada, onde se busca a capacitação e qualificação dos recursos humanos e oportunidade de trabalho. Acredita-se que esse tema possa proporcionar melhor renda para a população dos municípios, parece não ter tido o mesmo efeito observado principalmente no tocante a dimensão Educação e Longevidade. O IDHM-R talvez seja um dos responsáveis pelo médio desenvolvimento humano pra grande maioria dos municípios amazonenses.

Índice do IDHM Médio por Pólos de Atuação

No Gráfico04, apresenta-se o IDHM dos Pólos de Extensão da UFAM nos três momentos considerados. Vale ressaltar que o IDHM é a média aritmética simples dos três subíndices já analisados divididos por três.

Pode se verificar que em 1980 o IDHM somente MAO e MAM tinham índices de 0,721 e 0,506 respectivamente, que representa um médio desenvolvimento humano nestes pólos. Os demais estavam abaixo de 0,5 que significa um baixo desenvolvimento humano para maioria dos municípios do Estado do Amazonas.

Gráfico 04 - IDHM por Pólo



Em 1991 houve um ligeiro acréscimo do índice em todos os Pólos, localizando-se acima de 0,5 que representa um médio desenvolvimento humano para grande número de Municípios que fazem parte dos Pólos de Extensão da UFAM. No entanto, se reconheça que dos 51 municípios que a UFAM se faz presente sete ainda estejam abaixo desse valor como: um do MSL, três do ASL e quatro AMD.

Em 2000 poder ser observado que o IDHM se mantém em crescimento com tendência ao melhor Desenvolvimento Humano Municipal. Do melhor para o pior temos: MAO, BRN, MAM, BAM, MSL, ARN, ASL e AMD. Dois oito Pólos analisados, apenas o Pólo AMD possui dois Municípios com IDHM abaixo de 0,5 que esta na faixa do baixo desenvolvimento humano. Vale salientar que o Pólo AMD é o mais novo, instalado em 1996.

De 1991 a 2000 o IDHM do Amazonas cresceu 7,38%, passando de 0,664 em 1991 para 0,713 em 2000. Após as análises dos subíndices pode-se afirmar que o que mais contribuiu para esse crescimento foi o IDHM-E em seguida o IDHM-L. No entanto, o IDHM-R do Estado caiu em torno de 3,42%, fenômeno que precisa ser mais bem investigado em outro estudo.

CONCLUSÕES

Na análise da retórica, nos vários momentos, permitiu-se concluir, que de modo geral, a extensão universitária na UFAM obedeceu às determinações a nível nacional, dos momentos históricos das políticas de cunho social, sua relação com a política educacional, das propostas políticas governamentais e daquelas formuladas pelo Fórum dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

Como foi observada, nas várias possibilidades de interferência da universidade no desenvolvimento regional, a UFAM privilegiou a educação, a capacitação dos recursos humanos que pode ter influenciado na melhoria da qualidade de vida dos municípios. Mesmo sendo de médio porte, afastada dos grandes centros culturais e científicos do país uma universidade pode contribuir com o seu quinhão, com aquilo que ela tem de melhor, a extensão do conhecimento.

Com estes dados, conclui-se que as ações de extensão desde o primeiro momento, estiveram voltadas em sua grande maioria para a Educação, Saúde e Trabalho. Esses fatos vem ao encontro dos vários discursos que enfatizavam a prioridade voltada para a educação, o atendimento à saúde e capacitação da população no sentido de se obter melhor qualidade de vida. Nas várias análises realizadas notamos que a partir da implantação de ações sistemáticas da Universidade nos Polos de extensão houve melhoramento dos subíndices, principalmente nas dimensões Educação e Longevidade, nos municípios atrelados a esses Polos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL: Definição e Metodologia de Cálculo dos Indicadores e Índices de Desenvolvimento Humano e Condições de Vida. IPEA, 2003. Disponível www.ipea.gov.br. acessado em out. 2003.
2. BOISIER, Sergio, E. Em Busca do Esquivo Desenvolvimento Regional: Entre a Caixa Preta e o Projeto Político. Revista Planejamento e Políticas Públicas, n.13, Jun. 1996.
3. BOTOMÉ, Paulo Silvio. Pesquisa alienada e Ensino alienante o equívoco da Extensão Universitária. Petrópolis, Vozes, EDUCS, EDUFSCAR, 1996.

4. CUNHA, Luiz Antônio. Educação e Desenvolvimento Social no Brasil. 11 ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1989.
 5. ETZKOWITZ, Henry; LOET, Leydesdorff. A Triple helix of University-Industry-Government relations. *Industry and Higher Education*, (1998 a).
 6. _____. The Endless Transition: A triple Helix of University-Industry-Government Relations. *Minerva* 36, 203-208, (1998 b).
 7. FAGUNDES, J. Universidade e o Compromisso Social. Extensão limites e perspectiva. Tese de DSc., Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986.
 8. GURGEL, Roberto Mauro. Extensão Universitária: Comunicação ou Domesticação. Universidade Federal do Ceará; São Paulo, Cortez 1986.
 9. KERR, Clark. Os usos da universidade. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1982.
 10. MELO NETO, José Francisco de. Extensão Universitária: Uma análise crítica. UFPB, João Pessoa, 2001.
 11. NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). Extensão Universitária. Diretrizes conceituais e políticas. Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987-2000. Belo Horizonte, PROEXT/UFMG/Fórum, 2000.
 12. SICSÚ, A. B. O papel da Extensão Universitária do Desenvolvimento Regional: considerações sobre o caso brasileiro. Recife, RECITEC, 1997.
 13. SOUSA, Ana Luiza Lima. A história da extensão universitária. Campinas, Editora Alínea, 2000.
 14. UFAM. *Jornal da Universidade*. Manaus, UA, Mai./Jun., 1992.
 15. _____. *Jornal da Universidade*. Manaus, UA, Fevereiro, 1995.
 16. _____. *Jornal da Universidade*. Manaus, UA, Junho, 1995.
 17. _____. *Jornal da Universidade*. Manaus, UA, Abril, 1997.
 18. _____. Relatório de Gestão PROEXT 1993-1997. Manaus, UA, 1997.
-

1. Iniciado na UFRN em 1966, influenciada por universidades americanas e serviu aos propósitos do governo brasileiro no combate a pobreza e o potencial subversivo deixados pelos espaços das ações dos movimentos populares de educação.
2. As transformações sociais se dão na interação desses fatores, é nele que se configura o papel da universidade pode desempenhar.
3. Nogueira. Políticas de Extensão Universitária: 1975-1999, p.86
4. Ver Nogueira, Maria das Dores Pimentel (org.). Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas. Documento básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987-2000. Belo Horizonte. PROEXT/UFMG/Fórum, 2000.
5. Brasil. MEC/SeNESuse, 1993a
6. Ver Nogueira (2000)
7. Definição e Metodologia de Cálculo dos indicadores e índices de Desenvolvimento Humano e condições de Vida, IPEA/FJP, 2003.
8. Neste Polo estão agrupados os municípios próximos a Manaus.
9. Ver Souza, 1984.

Publish Research Article

International Level Multidisciplinary Research Journal For All Subjects

Dear Sir/Mam,

We invite unpublished Research Paper, Summary of Research Project, Theses, Books and Books Review for publication, you will be pleased to know that our journals are

Associated and Indexed, India

- ★ Directory Of Research Journal Indexing
- ★ International Scientific Journal Consortium Scientific
- ★ OPEN J-GATE

Associated and Indexed, USA

- DOAJ
- EBSCO
- Crossref DOI
- Index Copernicus
- Publication Index
- Academic Journal Database
- Contemporary Research Index
- Academic Paper Database
- Digital Journals Database
- Current Index to Scholarly Journals
- Elite Scientific Journal Archive
- Directory Of Academic Resources
- Scholar Journal Index
- Recent Science Index
- Scientific Resources Database

Review Of Research Journal
258/34 Raviwar Peth Solapur-
413005, Maharashtra
Contact-9595359435

E-Mail-ayisrj@yahoo.in/ayisrj2011@gmail.com